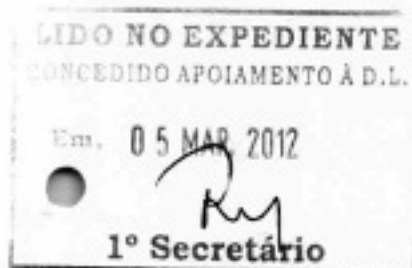


PROJETO DE LEI Nº 071 / 2012-01-30



Súmula: Normatiza a obrigatoriedade de sinalização luminosa nas Caçambas basculantes utilizadas em vias públicas.

Art. 1º Fica obrigada a sinalização luminosa nas Caçambas basculantes utilizadas em vias públicas em todos os municípios do Estado do Paraná.

§ 1º - No período noturno as caçambas deverão conter a sinalização através de adesivos fosforescentes em tamanho de proporção tal que possa refletir a luz de veículos para serem alertados quanto ao perigo de obstáculo perigoso estacionado.

§ 2º - Poderá ser utilizado sistema de sinalização elétrica ou luminosa em cores vivas que permitam a visibilidade dos veículos que transitam por vias públicas.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 6 de fevereiro de 2012.

CANTORA MARA LIMA

Deputada Estadual



JUSTIFICATIVA

Com o desenvolvimento que acontece no Estado do Paraná, a construção civil tem sido um dos setores que mais cresce e desenvolve no Estado do Paraná. A chamada indústria da construção civil se expande de uma maneira impressionante em Curitiba e região metropolitana, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e região oeste. Esses Municípios representam 5.100.000 habitantes aproximadamente e são os que mais foram alcançados pelo crescimento da construção civil. Esse processo de expansão empresarial em termos de investimentos e tendências de consumidor e mercado e levaram à uma redefinição de diretrizes e alterações do panorama visual e de ocupação de espaço nesses municípios citados e com menos expressão, porém, também em outros municípios paranaenses em função da conjuntura econômica que o Brasil atravessa, apesar da crise mundial.

Isso transformou – principalmente as grandes cidades em um verdadeiro canteiro de obras. E nessa transformação as empresas de coleta de resíduos de construção e reformas aumentaram consideravelmente as caçambas coletoras nas ruas onde se desenvolvem as obras. Com isso, caçambas são espalhadas por ruas e calçadas causando não só incomodo como perigo aos motoristas (principalmente no período noturno), pois, por elas portarem pinturas antigas na maioria das vezes só são visualizadas em cima da hora, tendo causado alguns acidentes.

Essas são as principais razões para a apresentação desta proposição que visa preservar vidas e evitar acidentes.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 071/11

Projeto de Lei nº 071/11

Autor: Deputada Cantora Mara Lima

Súmula: Normatiza a obrigatoriedade de sinalização luminosa nas caçambas basculantes utilizadas em vias públicas.

EMENTA: SINALIZAÇÃO LUMINOSA NAS CAÇAMBAS BASCULANTES POR ADESIVOS FOSFORESCENTES OU SINALIZAÇÃO ELÉTRICA. POSSIBILIDADE. SEGURANÇA NO TRÂNSITO. PROTEÇÃO NÃO REGIDA PELO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima visa obrigar o afixação de sinalização luminosa em caçambas basculantes que fiquem na via pública no Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Compete à esta Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade e técnica legislativa dos projetos de lei apresentados:

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Concedido vista.

06/12
Dr. Castor Teodoro
CCJ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n. 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Pois bem, em sua Justificativa a nobre Deputada ressalta o crescimento da construção civil e o perigo aos motoristas, principalmente no período noturno, que referidas caçambas coletoras podem causar.

O Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) nada estabelece a respeito das caçambas que ficam paradas nos locais de estacionamento das ruas para a guarda de resíduos de materiais de construção.

Veja-se que o legislador federal, no Código de Trânsito Brasileiro, previu:

Art. 7º Compõem o Sistema Nacional de Trânsito os seguintes órgãos e entidades:

I - o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, coordenador do Sistema e órgão máximo normativo e consultivo;

II - os Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN e o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE, órgãos normativos, consultivos e coordenadores;

III - os órgãos e entidades executivos de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



- IV - os órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- V - a Polícia Rodoviária Federal;
- VI - as Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal; e
- VII - as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

Interessante ressaltar que o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), dentro de sua competência prevista no artigo 12 do Código de Trânsito Brasileiro, e apenas a título exemplificativo, já regulamentou a obrigatoriedade do uso de adesivos reflexivos nos capacetes para motociclistas (Resolução 203/2006), bem como estabeleceu o uso de dispositivos retrorrefletivos de segurança nos veículos de transporte de cargas e de transporte coletivo de passageiros (Resolução 317/2009).

Desta forma, tendo em vista que não está na competência privativa da União a obrigatoriedade de sinalização luminosa nas caçambas basculantes por não se tratar de direito de trânsito, é possível e legal o conteúdo do presente Projeto de Lei, possuindo o Estado competência para legislar acerca do tema proposto, merecendo aprovação nesta Comissão de Constituição e Justiça.

Cabe ressaltar ainda que quanto à técnica legislativa está de acordo ao preconizado pela Lei Complementar nº 95/98.



CONCLUSÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assim, configurada a **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** do projeto de lei, opina-se por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2012.

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente

Deputado NEREU MOURA
Relator

APROVADO
03/07/12

SI 26.06.12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER PL Nº. 071/12

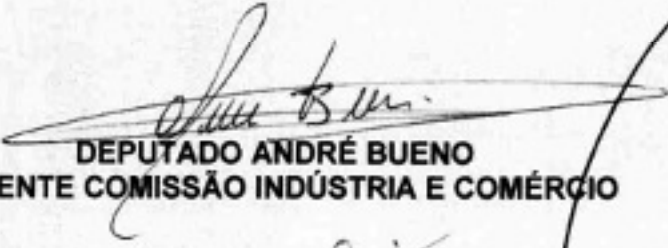
Autor: Dep. Cantora Mara Lima.
Relator: Dúlio Genari.

Súmula: Normatiza a obrigatoriedade de sinalização luminosa nas caçambas basculantes utilizadas em vias públicas.

O serviço oferecido de caçambas para recolhimento de entulho urbano continua sendo apontado como algo com fiscalização omissa ou deficiente. Estacionadas nas ruas sem sinalização adequada, com péssimo estado de conservação e sem a devida identificação, fazem parte de um panorama urbano indesejado.

Diante do exposto, opina-se pelo PARECER FAVORÁVEL do presente projeto de Lei.

Curitiba, 20 de agosto de 2012.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 071/2012

Projeto de Lei nº 071/2012

Autor: Deputada Cantora Mara Lima

Súmula: Normatiza a obrigatoriedade de sinalização luminosa nas caçambas basculantes utilizadas em vias públicas.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 071/12, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima normatiza a obrigatoriedade de sinalização luminosa nas caçambas basculantes utilizadas em vias públicas, facilitando ainda a identificação noturna destes objetos perigosos.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 071/2012**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva obrigar a sinalização luminosa nas caçambas basculantes utilizadas em vias públicas em todos os municípios do Estado do Paraná. A sinalização através de adesivos fosforescentes em tamanhos de proporção ideal, refletirá a luz dos veículos que serão alertados principalmente em período noturno quanto ao perigo destes obstáculos estacionados. O presente projeto tem por escopo principal evitar acidentes em percursos no trânsito. O aumento significativo do ramo da construção civil, vem utilizando-se diariamente destas caçambas em obras de pequeno e grande porte, exigindo assim uma medida emergencial de segurança, pelo bem estar e tranquilidade de toda população.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

É evidente destacar o benefício que tal proposta estará gerando a população, é um trabalho pelo bem comum e pela segurança de todos acima de qualquer coisa, justificando-se por este motivo o mérito desta proposta, o **PL 071/12** passa a ter apoio efetivo desta comissão.

IV - VOTO DO RELATOR


Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta está adequada à norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos quanto ao seu mérito para seguir sua tramitação.

Desta forma opto pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 071/2012**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 10 de setembro de 2012.


Francisco Buhrer
Presidente da Comissão


Ademir Bier
Relator



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 071/2012

De acordo com o art. 137, § 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, é apresentada a presente emenda que visa modificar a súmula e a redação do art. 1º do projeto de lei 071/2012 conforme segue:

Sumula: Normatiza a obrigatoriedade de sinalização luminosa nas caçambas de entulhos utilizadas em vias públicas.

Art. 1º. Fica obrigada a sinalização luminosa nas caçambas de entulhos utilizadas em vias públicas em todos os municípios do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 2012.

Deputado Estadual
SCARINATO

mas uma
Carvalho
06/11

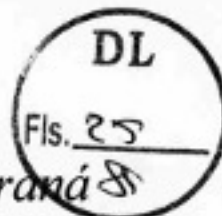
Aguiar
Rodrigues

Pompeu

Emenda de Plenário nº 071
DAP 06 NOV 2012
Visto <i>[assinatura]</i>



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº

071/2012

Projeto de Lei nº 071/12

Autor da emenda: Deputado Fernando Scanavaca.

Súmula: Normatiza a obrigatoriedade de sinalização luminosa nas Caçambas basculantes utilizadas em vias públicas.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 071/12. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima objetiva normatizar a obrigatoriedade de sinalização luminosa nas caçambas basculantes utilizadas em vias públicas, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Nereu Moura.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda modificativa, de autoria Deputado



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Fernando Scanavaca. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando como modificativa quando altera parte ou todo do Projeto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.



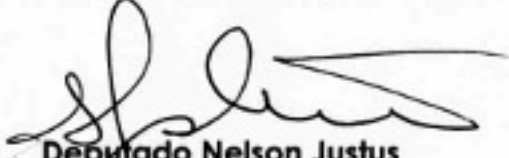
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




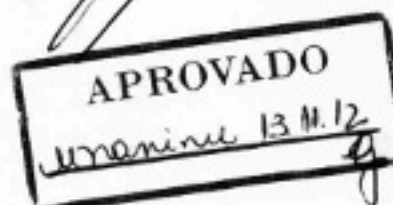
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa de Plenário proposta pelo Deputado Fernando Scanavaca, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 13 de Novembro de 2012.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Pr. Edson Praczyk
Relator



DEP. MARCELO RANGEL



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury

NO EXPEDIENTE
CUIDADO APOIAMENTO À D.L.

Em, 30 NOV. 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 934///

Súmula: Dispõe sobre a ampla divulgação da Cláusula de Escusa ou Objeção de Consciência nos Colégios e Universidades do Estado do Paraná.

Art. 1º A cláusula de escusa de consciência à experimentação animal, estabelecida pela Constituição Federal e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, deverá ser divulgada de forma explícita e clara, para todos os alunos e funcionários das Universidades e Colégios do Estado do Paraná.

§ 1º Os alunos das Universidades a que se refere o artigo 1º desta Lei incluem os alunos da graduação, mestrado e doutorado.

§ 2º - Os cidadãos que, por obediência à consciência, no exercício do direito às liberdades de pensamento, crença ou religião, se opõem à violência contra todos os seres vivos, podem declarar sua objeção de consciência referente a cada ato conexo à experimentação animal.

Art. 2º A informação a que se refere o artigo 1º desta Lei poderá ser feita através de cartazes nas Universidades e Colégios e pela informação dos orientadores da atividade, de forma a que confirme a ciência de todos.

Art. 3º As universidades deverão estipular como facultativa a frequência às práticas nas quais estejam previstas atividades de experimentação animal, sem qualquer prejuízo da avaliação acadêmica do aluno.

Art. 4º Os funcionários do estabelecimento que fizerem objeção de consciência não poderão sofrer qualquer supressão ou desconto no salário, bem como diferencial perante os demais funcionários que não a fizerem.

Art. 5º No âmbito dos cursos deverão ser previstas, a partir do início do ano acadêmico, sucessivo à data de vigência da presente lei, modalidades alternativas de ensino que não prevejam atividades ou intervenções de experimentação animal, a fim de estimular a progressiva substituição do uso de animais.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em


MARCELO RANGEL
Deputado Estadual

Justificativa

A Cláusula de Escusa ou Objeção de Consciência trata-se de um direito constitucional, previsto também na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ocorre que o presente Projeto de Lei visa informar alunos, funcionários e cidadãos em geral sobre a existência dessa cláusula, pois apesar de ser direito previsto na Constituição Federal, não atinge a todos devido a desinformação.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

O tema referente a Proteção Animal vem sendo cada vez mais debatido em diversos âmbitos da sociedade e, conseqüentemente, as discussões sobre a realização de experiências com animais, bem como de técnicas cirúrgicas. A cláusula de objeção de consciência demonstra-se como imprescindível no que tange a estes debates, pois assegura a liberdade de cada cidadão de expressar sua opinião, bem como deixar de realizar condutas contrárias a sua opinião e consciência.

A informação a todos da existência dessa cláusula nas Universidades e Colégios do Estado através de cartazes e da livre manifestação irá assegurar mais esse direito dos alunos, sem prejuízo algum de sua trajetória acadêmica.

Diante do exposto e da importância do presente Projeto, pede-se o apoio e a conseqüente aprovação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 934/11

Projeto de Lei nº 934/11

Autor: Deputado Estadual Marcelo Rangel

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei visa à divulgação de forma explícita e clara da cláusula de escusa de consciência à experimentação animal, definida como toda e qualquer prática que utiliza animais para fins didáticos ou de pesquisa, nos colégios e universidades do Estado do Paraná.

EMBASAMENTO JURÍDICO

Verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Concedido vista.

Em 06 / 03 / 12
Elise Rangel
CCJ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Corroborando deste entendimento, a
Constituição Estadual do Paraná, conforme adiante transcrito:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se que sobre o assunto a Constituição da República prevê no artigo 218, parágrafo 1º o incentivo à pesquisa, conforme segue:

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.

§ 1º - A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o processo das ciências.

Ademais, a Lei Federal nº 11.794, de 08 de outubro de 2008, que regulamenta o artigo 225, Inciso VII da Constituição da República, prevê os procedimentos para o uso científico de animais, disciplinando no artigo 1º, parágrafo 1º, o campo de aplicação conforme segue:

Art. 1º A criação e a utilização de animais em atividades de ensino e pesquisa, em todo o território nacional, obedece aos critérios estabelecidos nesta Lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 12

§ 1ª utilização de animais em atividades educacionais fica restrita a:

- I - estabelecimentos de ensino superior.
- II - estabelecimentos de educação profissional técnica de nível médio da área biometria.

Ainda, a Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, Lei dos Crimes Ambientais, prevê a penalidade para maus tratos a animais, mesmo em virtude de experiência para didáticos ou científicos, quando existirem formas alternativas, o que segue:

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos quando existirem recursos alternativos.

Ressalta-se que não existe previsão sobre a obrigatoriedade da experimentação animal, já existem outras técnicas para pesquisa.

Dessa forma cumpre analisar se a escusa pelo aluno/pesquisador é compatível juridicamente.

Segunda observação feita por Canotilho e Moraes, "o direito de objeção de consciência consiste no direito de não cumprir obrigações ou não praticar actos que conflituem essencialmente com os ditames da consciência de cada um"¹

¹ MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*, 16. ed. São Paulo: Atlas, 2004.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fl. 98

A objeção de consciência, portanto, é um ato praticado pela pessoa que se recusa a obedecer à ordem que viole sua integridade moral, espiritual, cultural, política e outra, que, porventura, assim se caracterize.

Observa-se da Constituição da República, artigo 5º, inciso II, que retrata o Princípio da legalidade, segundo o qual somente a lei pode obrigar; uma vez existindo-a, o seu cumprimento é obrigatório constituindo-se num dever da pessoa, bem como, o inciso VIII que determina que ninguém seja privado de direitos por crenças ou convicções, desde que não ofendam a ordem legal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

(...)

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Assim, não havendo a obrigatoriedade da experimentação animal e havendo expressa determinação no sentido



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fl. 19

da liberdade de crença e convicções, o direito da objeção ora analisando não afronta os preceitos constitucionais.

Ademais, a Carta Magna prevê no artigo 206, inciso II, a liberdade como um dos princípios do ensino, conforme se transcreve:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar no pensamento, a arte e o saber;

Cumpra salientar ainda, que a mencionada objeção ampara-se na proteção da fauna prevista constitucionalmente no artigo 225, inciso VII:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (Regulamento, Lei nº 11.794/2008)

Diante do exposto, o presente Projeto de Lei não oferece problemas quanto à constitucionalidade e juridicidade.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


Encontro
D. L.


Fls. 20
X

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pela
APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os
requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 01 de março de de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Projeto de Lei Nº 934/2011

Autor: Deputado MARCELO RANGEL

O Projeto de Lei nº 934/2011, de autoria do nobre Deputado Marcelo Rangel, visa dispor sobre a ampla divulgação da cláusula de escusa ou objeção de consciência nos colégios e universidades do Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça, analisando o Projeto, opinou favoravelmente.

O projeto ora analisado visa informar alunos, funcionários e cidadãos em geral sobre a existência dessa cláusula, pois apesar de ser direito previsto constitucionalmente, não atinge a todos devido à desinformação.

Não existindo qualquer óbice à sua tramitação, O parecer desta Comissão de Direitos Humanos é pela sua APROVAÇÃO.

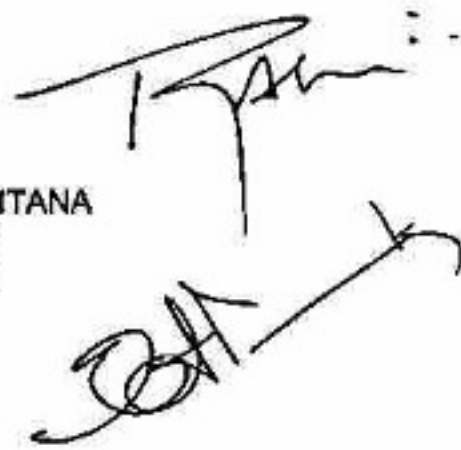
Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.


Deputado TADEU VENERI

Presidente


Deputado CARLO QUINTANA

Relator





GABINETE DO DEPUTADO PROFESSOR LEMOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 934/2011

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A AMPLA DIVULGAÇÃO DA CLÁUSULA DE ESCUSA OU OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA NOS COLÉGIOS E UNIVERSIDADES DO ESTADO DO PARANÁ.

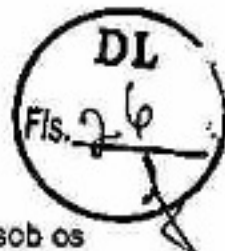
Projeto de Lei nº 934/2011

Autoria: Dep. MARCELO RANGEL

O presente Projeto de Lei tem por objetivo dispor sobre a ampla divulgação para escusa de consciência à experimentação animal estabelecida pela CF/88 e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, incluindo alunos da graduação, mestrado e doutorado, bem como, cidadãos e funcionários dos estabelecimentos mencionados, estes, não podendo sofrer qualquer supressão ou desconto no salário, bem como, diferencial perante os demais funcionários que não a fizeram, cuja experimentação animal, referente à prática que utiliza animais para fins didáticos ou de pesquisa, consoante autorizado pela Lei Federal sob o nº 11.794/08, artigo 1º, § 1º; artigos 5º, II e VIII, e 206, II, ambos da CF/88.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Previamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça sob os aspectos da Legalidade e Constitucionalidade, esta opinou pela sua aprovação (fls. 07/14 – DL).

Após Parecer Favorável exarado em definitivo pela Comissão de Constituição e Justiça sob os aspectos da Constitucionalidade, Legalidade e Técnica Legislativa (fls. 15/20), encaminhou-se o referido Projeto, igualmente, para análise e Parecer da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, a qual, da mesma forma, exarou Parecer pela sua Aprovação (fls. 22-DL)

Instada esta Comissão de Educação a se manifestar, com designação deste Deputado para relatar, pelo que o faz, na forma a seguir delineada.


CONCLUSÃO

Chamada esta Relatoria a se manifestar, após análise, não encontramos nenhum óbice que possa impedir a sua normal tramitação, razão pela qual emitimos, no prazo regimental, PARECER FAVORÁVEL pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei na forma apresentada.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2012.


Deputado Professor Lemos

Relator Designado


Dep Evandro Junior
Presidente





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL
Fls. 29
SE

COMISSÃO DE AGRICULTURA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 934/11

Projeto de Lei nº 934/11

Autor: Deputado Marcelo Rangel

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei tem por objetivo a divulgação de forma explícita e clara da cláusula de escusa de consciência à experimentação animal, definida como toda e qualquer prática que utiliza animais para fins didáticos ou de pesquisa, nos colégios e universidades do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Com a presente proposta o Deputado visa informar alunos, funcionários e cidadãos em geral sobre a existência dessa cláusula, pois apesar de ser direito previsto na Constituição Federal, não atinge a todos devido à desinformação.

A informação a todos da existência dessa cláusula nas Universidades e Colégios do Estado através de cartazes e da livre manifestação irá assegurar mais esse direito todos alunos, sem prejuízo algum de sua trajetória acadêmica.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pela
APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude da importância da
matéria em questão, para todos cidadãos do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 17 de setembro 2012.

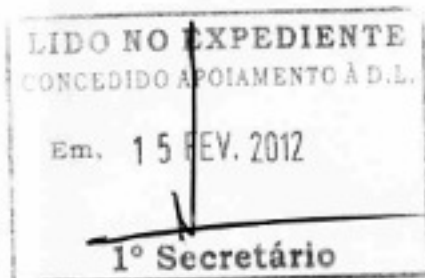

DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury



PROJETO DE LEI Nº 025/12

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a "Federação Paranaense de *Mixed Martial Arts*", com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a "Federação Paranaense de *Mixed Martial Arts*", com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 de fevereiro de 2012.

ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A propositura em tela tem como objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a "*Federação Paranaense de Mixed Martial Arts*", com sede e foro no Município de Curitiba, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade promover o desenvolvimento, difusão e fomento da área desportiva e de sua interface com outras áreas, tais como: educação, recreação, meio ambiente.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 025/2012

Projeto de Lei nº. 025/2012

Autor: Deputado Estadual Alexandre Curi

Súmula: *Declara de Utilidade Pública Estadual a "FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MIX MARTIAL ARTS", com sede e foro no Município de Curitiba.*

EMENTA: *DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.*

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MIX MARTIAL ARTS**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade o esporte, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;**
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



autuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA

RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" Mt 3:18

PROJETO DE LEI nº

406/12



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 13 AGO. 2012

Praczyk
1º Secretário

Súmula: Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o Dia da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, a ser celebrado anualmente no dia 07 de setembro.

Art. 1º. Fica instituído no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o Dia da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, a ser celebrado anualmente no dia 07 de setembro.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 2012.

Edson Praczyk
PR. EDSON PRACZYK

Deputado Estadual / PRB

14449 13-08-2012 08:49:57 MP ASSINADO 13/08/2012 08:49:57



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18



JUSTIFICATIVA:

A igreja Avivamento Bíblico nasceu a 7 de setembro de 1946, em meio aos eucaliptos que havia no pátio, aos fundos da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista do Brasil, em Rudge Ramos, município de São Bernardo do Campo.

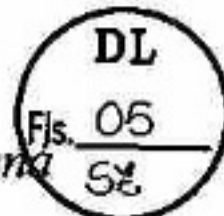
Um grupo de irmãos metodistas, das igrejas de *Tucuruvi* e *Vila Mazzei*, bairros da capital paulista, estavam crendo no batismo com o Espírito Santo como uma experiência pessoal (e muitos deles já haviam experimentado tal plenitude) e, reunidos nesse local, juntamente com os então seminaristas Mário Roberto Lindstron, Oswaldo Fuentes e Alídio Flora Agostinho, resolveram continuar a Obra iniciada no seio da igreja, sob qualquer circunstância.

Esta decisão tornou oficial o Movimento, por isso que essa é a data em que se comemora o seu aniversário.

Razão pela qual, faz-se necessário termos no calendário oficial do Estado, um dia para comemoração do aniversário da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 406/2012

Projeto de Lei nº. 406/2012

Autora: Deputado Estadual PR. Edson Praczyk

Súmula: Institui, no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o Dia da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, a ser celebrado, anualmente, no dia 07 de setembro.

EMENTA: INSTITUI, NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ, O DIA DA IGREJA EVANGÉLICA AVIVAMENTO BÍBLICO, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 DA CF ESTADUAL E 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. ARTS 5º, VI, 24, IX E 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APROVAÇÃO. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

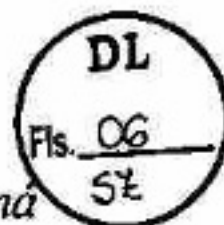
O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Edson Praczyk, tem por finalidade instituir, no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o Dia da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, a ser comemorado, anualmente, no dia 07 de setembro.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

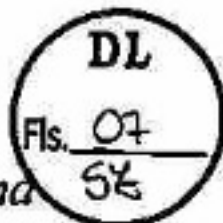
Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

○ A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

○ IX – educação, cultura, ensino e desporto.

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, o objeto da ora proposição se amolda à previsão constitucional, inserido dentro dos Direitos e Garantias Fundamentais, o qual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 08
66

estabelece em seu artigo 5º, VI, o exercício dos cultos religiosos e proteção aos seus locais.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

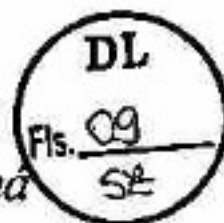
VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Quanto à técnica legislativa utilizada na ora proposição, não há óbice pela Lei Complementar 95/98.



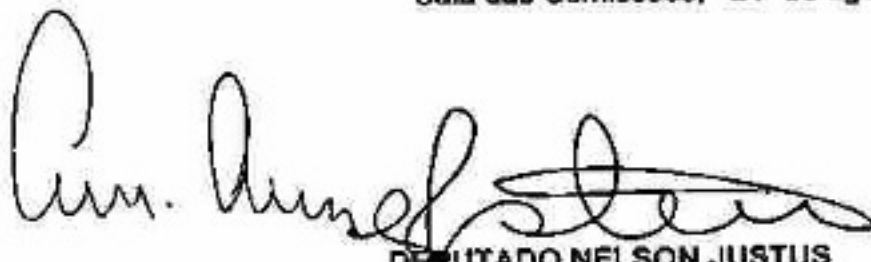
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça






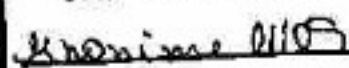
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR.
RELATOR




APROVADO


PROJETO DE LEI

467/12

SÚMULA: Dispõe sobre a extinção das classes de Auxiliar Judiciário, Auxiliar Judiciário I, Auxiliar Judiciário II e Auxiliar Judiciário III, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça, constante do Anexo I da Lei 16.744/2010 e da Tabela 4 do Anexo I da Lei nº 16.748/2010, conforme especifica.

Art. 1.º As classes de Auxiliar Judiciário, Auxiliar Judiciário I, Auxiliar Judiciário II e Auxiliar Judiciário III, do Grupo Ocupacional Básico do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, constante do Anexo I da Lei 16.744/2010 e da Tabela 4 do Anexo I da Lei nº 16.748/2010, ficam extintas com a vacância dos cargos que a compõem.

Art. 2.º Ficam preservados aos ocupantes dos cargos mencionados no artigo 1º os direitos estabelecidos em lei.

Art. 3.º Fica revogado o inciso IV do art. 5º e alterados o inciso II do art. 4º, o art. 6º, e o art. 38 da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. O Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça compreende:

(...)

II – Parte suplementar que é integrada pelos cargos de provimento efetivo, cuja extinção, após vacância, está prevista em Lei.

Art. 5º. A estrutura funcional da parte permanente do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça fica dividida nos seguintes grupos ocupacionais:

(...)

IV – Revogado.

(...)

Art. 6º. A estrutura funcional da parte suplementar do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça é composta pelos cargos de Auxiliar Judiciário, Auxiliar Judiciário I, Auxiliar Judiciário II, Auxiliar Judiciário III e Técnico Especializado em Infância e Juventude.

(...)

✓

Art. 38. Os cargos de Auxiliar Judiciário, Auxiliar Judiciário I, Auxiliar Judiciário II e Auxiliar Judiciário III integram o Grupo Ocupacional Básico (BAS), nos termos do Anexo I desta Lei."

Art. 4.º Fica alterada a Tabela 4 do Anexo I da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, na forma disposta no Anexo I desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

(Altera o ANEXO I – Tabela 4 da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010)

ANEXO I

CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TABELA 4

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA - EM EXTINÇÃO		
Grupo Ocupacional Básico (BAS)	Auxiliar Judiciário	10	Grupo Ocupacional Básico (BAS)	Auxiliar Judiciário	10
	Telefonista	8		Auxiliar Judiciário I	8
	Agente de Conservação	143		Auxiliar Judiciário II	346
	Agente de Serviços Gerais	165			
	Ascensorista	22			
	Copeiro	16		Auxiliar Judiciário III	151
	Motorista	151			
TOTAL		515	TOTAL		515

JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originado pelo protocolo sob nº 401.250/2011, tem por finalidade extinguir os cargos de Auxiliar Judiciário, Auxiliar Judiciário I, Auxiliar Judiciário II e Auxiliar Judiciário III, classes do Grupo Ocupacional Básico da parte permanente do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça.

A medida se justifica em razão da crescente dificuldade no preenchimento dos referidos cargos, que por se tratar de categoria de nível básico, atraem poucos interessados em ingressar no serviço público e nele permanecer.

Ademais, a manutenção de categorias com exigência de escolaridade limitada ao nível básico é medida que se contrapõe à atual filosofia do Poder Judiciário Paranaense, que busca o aprimoramento e qualificação de seus quadros e a prestação de serviços de qualidade.

Importante esclarecer que a carreira de Auxiliar Judiciário é composta pelos antigos ocupantes dos cargos de eletrotécnico (transformados pelo art. 37 da Lei 16.748/10); sendo a carreira de Auxiliar Judiciário I composta pelos antigos ocupantes dos cargos de Telefonista (transformados pelo art. 1º da Lei 16.744/2010); a de Auxiliar Judiciário II composta pelos antigos ocupantes dos cargos de Agente de Conservação, Agente de Serviços Gerais, Ascensorista e Copeiro (transformados pelo art. 2º da Lei 16.744/2010); e a carreira de Auxiliar Judiciário III composta pelos antigos ocupantes dos cargos de Motorista (transformados pelo art. 3º da Lei 16.744/2010).

Constata-se, portanto, que os serviços prestados pelas categorias a serem extintas se caracterizam como atividade-meio, que nos termos do art. 10, II da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 17, II, da Lei Estadual nº 15.608/07, podem ser repassadas a terceiro mediante licitação.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Oportuno lembrar, ainda, que a Lei 16.031/2008 já extinguiu parte dos cargos que atualmente compõem as respectivas categorias.

A extinção dos cargos que compõem as carreiras de Auxiliar Judiciário, Auxiliar Judiciário I, Auxiliar Judiciário II e Auxiliar Judiciário III, classes do Grupo Ocupacional Básico da parte permanente do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça foi objeto de aprovação pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada em 13 de agosto de 2012.

Em razão da aludida transferência não implicar em aumento de despesas, deixamos de apresentar a Declaração do Ordenador da Despesa.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 27 de agosto de 2012.
Of. nº 1200/2012-GP

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 30/08/2012

Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 SET. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a extinção das classes de Auxiliar Judiciário, Auxiliar Judiciário I, Auxiliar Judiciário II e Auxiliar Judiciário III, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça, constante do Anexo I da Lei 16.744/2010 e da Tabela 4 do Anexo I da Lei nº 16.748/2010, conforme especifica.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da alteração acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 467/12

Projeto de Lei nº. 467/12
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Dispõe sobre a extinção das classes de Auxiliar Judiciário, Auxiliar Judiciário I, Auxiliar Judiciário II e Auxiliar Judiciário III, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça, constante do Anexo I da Lei 16.744/2010 e da Tabela 4 do Anexo I da Lei nº 16.748/2010, conforme especifica.

EMENTA: EXTINÇÃO DE CARGOS NO PODER JUDICIÁRIO, CONFORME SUA VACÂNCIA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96, II, "b" DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa extinguir as classes de Auxiliar Judiciário, Auxiliar Judiciário I, Auxiliar Judiciário II e Auxiliar Judiciário III, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça, constante do Anexo I da Lei 16.744/2010 e da Tabela 4 do Anexo I da Lei nº 16.748/2010, conforme vacância dos cargos que a compõe, preservando aos atuais ocupantes dos cargos os direitos estabelecidos em lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

É de competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d, da Constituição Federal:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

Sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme bem ressaltado na justificativa anexa ao
Projeto de Lei:

"(...)

Constata-se, portanto, que os serviços prestados pelas categorias a serem extintas se caracterizam como atividade-meio, que nos termos do art. 10, II, da Lei Federal 8.666/93 a art. 17, II, da Lei Estadual nº 15.608/07, podem ser repassadas a terceiro mediante licitação.

Oportuno lembrar, ainda, que a Lei 16.031/2008 já extinguiu parte dos cargos que atualmente compõem as respectivas categorias.

(...)" (fls. 04/05)

No que se refere ao impacto financeiro, observa-se que o projeto em análise não implica aumento de despesas, assim, resta prejudicada a apresentação de Declaração do Ordenador da Despesa.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

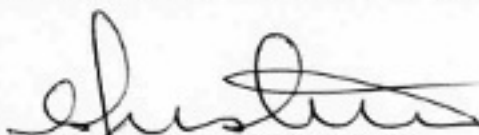


Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

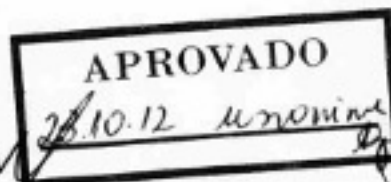
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 467/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1200/12 que dispõe sobre a extinção das classes de Auxiliar Judiciário, Auxiliar Judiciário I, Auxiliar Judiciário II e Auxiliar Judiciário II, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do tribunal de Justiça, constante do anexo I da Lei nº 16.744/10 e da tabela 4 do anexo I da Lei nº 16.748/10.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que não encontramos nenhum impedimento em relação a proposta.

Observe-se que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com o art. 65, da Constituição do Estado do Paraná, onde constata-se a **competência** do Presidente do Tribunal de Justiça Estado para iniciar projetos desta natureza. Saliento ainda, que na justificativa do autor consta que são 515 (quinhentos e quinze) cargos a serem extintos.

Assevera ainda o auto, que tais cargos são de nível básico, e atraem poucos interessados em ingressar no serviço público. Por outro lado, a Lei nº 16.031/08 já extingui parte dos cargos que atualmente compõem as respectivas categorias.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

DL
13. 24
3

De igual modo, assevera o autor que deixa de apresentar a declaração de adequação orçamentária e financeira em razão da proposta **não implicar em aumento de despesas.**

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL.**

É o parecer.

Sala das Comissões,

31/10/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR

PROJETO DE LEI

494112

Súmula: Dispõe sobre o Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná, cria o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – Paraná, cria o Programa Estadual de Informações Integradas e dá outras providências.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º. Fica instituído o Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná – SEI-PR, integrado ao Sistema Estadual de Planejamento, que compreende as políticas e os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC do Poder Executivo Estadual, sendo constituído pelas leis, normas e regulamentos existentes que tratam de forma direta e indireta sobre a utilização de TIC, e pelo conjunto de todos os acervos de dados e informações existentes nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e respectivos Sistemas de TIC.

§ 1º – Entende-se por Sistemas de TIC, as soluções integradas, o conjunto dos recursos de hardware, software, serviços, dados, informações, processos internos e infraestrutura, bem como os recursos de conectividade, abrangendo o Sistema de Telecomunicações do Paraná – STP.

§ 2º – Os acervos de dados e informações mencionados no *caput* deste artigo tem caráter abrangente, compreendendo, dentre outros:

- I – o tratamento qualificado de informações;
- II – o acervo de documentos técnicos, administrativos e históricos;
- III – as bases cartográficas e geoespaciais digitais ou analógicas;
- IV – os documentos ligados às áreas técnica, gerencial e operacional;
- V – os dados de relacionamento e atendimento ao cidadão;
- VI – os dados e as informações inerentes a Administração Pública Estadual.

§ 3º – Cabe ao Chefe do Poder Executivo Estadual, ou a quem este designar, definir mecanismos que estabeleçam o relacionamento com as administrações municipais do Estado do Paraná, tanto na esfera executiva, como na legislativa, bem como com entidades representativas da sociedade civil organizada, a fim de obter os dados e informações citadas no § 2º deste artigo.

Art. 2º. O Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná – SEI-PR será coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, que promoverá sua consolidação e aperfeiçoamento, providenciando, quando necessário, os ajustes e redefinições demandadas pelo mesmo.

Parágrafo único – A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR prestará assessoramento especializado a SEPL no desempenho de suas atribuições relativas ao SEI-PR.

Art. 3º. Subordinam-se aos dispositivos desta Lei, a Administração Pública Estadual, compreendendo a Administração Direta e Indireta, bem como as demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pelo Governo do Estado.

§ 1º - Cabe ao Chefe do Poder Executivo autorizar excepcionalmente ao contido neste artigo.

§ 2º - Fica incluída a partir da data de vigência desta lei, nos Contratos de Gestão firmados entre o Estado e os Serviços Sociais Autônomos e as Organizações Sociais, a obrigatoriedade expressa de subordinação a esta Lei.

Art. 4º. A composição, organização interna e o funcionamento do Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná – SEI-PR serão regulamentados por decreto, observado o disposto nesta Lei.

Art. 5º. Fica criado o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – Paraná – CETIC – PR, órgão colegiado de caráter consultivo, normativo e deliberativo, subordinado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, com a finalidade de regulamentar, promover a implantação, gerenciar e acompanhar ações relativas à utilização da TIC no âmbito do Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná, competindo-lhe:

I – o estabelecimento de estratégias e políticas de gestão que utilize a TIC alinhada à diretrizes governamentais;

II – a gestão de processos de aquisição e de locação de bens, serviços e soluções de TIC;

III – o estabelecimento de medidas que visem a racionalização do uso de TIC no âmbito do Poder Executivo Estadual, promovendo a integração, intercâmbio de experiências, projetos cooperados e compartilhamento de soluções entre os órgãos e entidades do Estado.

§ 1º – O CETIC-PR terá como Presidente o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e, como Secretário Executivo, o Presidente da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR.

§ 2º – os demais membros do Conselho, o detalhamento das competências e o funcionamento do Conselho serão definidos por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual.

§ 3º – Fica o CETIC-PR autorizado a criar Câmaras Técnicas e Comissões Técnicas, com vistas ao aprimoramento e aperfeiçoamento de suas atividades.

§ 4º – No cumprimento de suas competências, o CETIC-PR poderá deliberar sobre a utilização e adoção de qualquer recurso de TIC disponível no mercado, independente do regime de licenciamento, podendo ser livre ou proprietário, fundamentada a opção em motivos de conveniência e oportunidade administrativa, sólidas garantias e resguardo do interesse público, com o objetivo de possibilitar à Administração Pública Estadual o acesso a tecnologias atualizadas, modernas, inovadoras e eficientes.

Art. 6º. Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual somente poderão formalizar processos de aquisição, contratação, recebimento por transferência ou doação, e locação de bens e serviços de TIC, independente da origem dos recursos, após o registro e deliberação do respectivo processo no CETIC-PR.

Parágrafo único – Os processos de que trata o *caput* deste artigo deverão, obrigatoriamente, ter seu resultado informado ao CETIC-PR após sua conclusão.

Art. 7º. A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR, no âmbito do SEI-PR, compete:

I – prover as funções administrativas, operacionais e técnicas especializadas necessárias a atuação do CETIC-PR, mediante solicitação expressa do Conselho;

II – administrar, manter e operar a "autoridade certificadora digital" do Governo do Estado do Paraná, promovendo a adoção de certificados digitais pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, além de outros mecanismos e procedimentos relacionados a segurança da informação;

III – coordenar, mediante solicitação expressa do CETIC-PR, processos de solução integrada, aquisição de hardware, software, serviços e soluções de uso interinstitucional no âmbito da Administração Pública Estadual;

IV – elaborar e manter atualizado o "Catálogo de Soluções Homologadas", no qual constam informações técnicas e comerciais sobre produtos e serviços na área de TIC, para ser usado como referência aos órgãos na elaboração de projetos, soluções integradas, editais de compra ou de locação de bens ou contratação de serviços;

V – planejar, implantar, gerenciar, manter e operar a estrutura central de armazenamento e processamento de dados da Administração Pública Estadual – Datacenter;

VI – planejar, implantar e gerenciar soluções de Voz sobre Internet Protocol – VoIP, dados e imagens para atendimento às diversas demandas da Administração Pública Estadual;

VII – administrar o acesso a Internet e a saída Internet Protocol – IP dos órgãos da Administração Pública Estadual;

VIII – realizar a gestão técnica e operacional do Sistema de Telecomunicações do Paraná – STP;

IX – elaborar e manter, em conjunto com os órgãos da Administração Pública Estadual, os Planos Setoriais de Informação – PSI e o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI do Poder Executivo Estadual.

Art. 8º. Fica criado o Programa Estadual de Informações Integradas – Paraná – PEII – PR, no âmbito do Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná, com o objetivo de integrar, organizar, consolidar, disponibilizar dados e qualificar informações estratégicas provenientes dos sistemas aplicativos utilizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Art. 9º. O PEII-PR será integrado por subprogramas voltados basicamente a consolidação e atuação do Centro Integrado de Informações Estratégicas e de outras ações necessárias ao desenvolvimento pleno do Programa.

§ 1º - As disposições relativas ao detalhamento da composição, organização e competências do PEII-PR serão definidas por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual.

§ 2º - A CELEPAR, no âmbito de atuação do PEII-PR, poderá:

I – acessar todas as bases de dados, alfanuméricas, cartográficas e geoespaciais, no âmbito da Administração Pública Estadual para prover informações estratégicas ao Governo, ficando pré-estabelecida a autorização do titular do órgão, preservadas as situações de confidencialidade ou de características legalmente restritas;

II – administrar os componentes técnicos especializados do PEII-PR, subsidiando o planejamento e execução das ações governamentais;

III – prover mecanismos e soluções que viabilizem a divulgação das ações de Governo, o relacionamento com o cidadão, bem como o monitoramento da qualidade dos serviços públicos prestados.

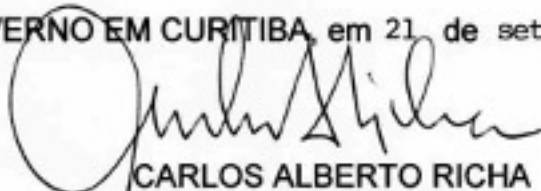
§ 3º - Ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, no âmbito de atuação do PEII-PR, compete o desenvolvimento de estudos sobre a realidade econômica e social do Estado, para subsidiar o planejamento, a elaboração, a formulação, a execução, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas.

§ 4º - A Casa Civil compete demandar e acompanhar, informações geradas pelo Centro Integrado de Informações Estratégicas – CIEE-PR, com o objetivo de apoiar ações estratégicas de Governo.

Art. 10. O Governador do Estado disciplinará, por decretos específicos, as demais questões necessárias ao cumprimento desta Lei.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 21 de setembro de 2012.



CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO

MENSAGEM
Nº 060 /2012

Curitiba, 21 de setembro de 2012



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, 24/09/2012

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Informações de Governo – SEI-PR, tendo como objetivo central o desenvolvimento e a implementação da política estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC como elemento de integração e fortalecimento da gestão estadual, uma vez que estará articulado ao Sistema Estadual de Planejamento.

A Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, Título IV, Capítulo II, Seção I, que dispõe sobre o Sistema de Planejamento, em seu art. 55 determina que o Poder Executivo Estadual adotará o planejamento como técnica de aceleração do desenvolvimento econômico e social do Estado e como instrumento de integração de iniciativas, aumento de racionalidade nos processos de decisão, de alocação de recursos, combate às formas de desperdício, de paralelismos e de distorções regionais.

Considerando a natureza e o escopo dos Sistemas de Informações e de Planejamento, fica evidenciada sua intrínseca complementariedade e interdependência, uma vez que a informação qualificada, integrada e consistente, é condição imprescindível a consolidação de um processo de planejamento bem alicerçado.

A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, no exercício de suas atribuições legais relativas a pesquisa, consolidação e divulgação sistemática de informações técnicas entre as Secretarias de Estado, aliadas a sua responsabilidade quanto a coordenação funcional de nível superior (art. 79 da Lei nº 8.485/87), será o órgão coordenador do SEI-PR.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.608.594-1

Na busca de cumprir a responsabilidade atribuída conforme acima citado, a proposição deste Anteprojeto de Lei pretende, caso aprovado por essa Casa de Leis, estabelecer diretrizes de atuação para a gestão pública do Estado do Paraná através:

a) da implantação de um modelo de gestão pública para resultados, focada na administração por objetivos, metas, indicadores, com prazos e responsáveis claramente definidos;

b) reorganização e ajustes necessários a máquina administrativa do Estado;

c) aumento da transparência e do controle social do Estado, aproximando governo e cidadão;

d) promoção da qualidade e agilidade do serviço público estadual por meio do uso racional das tecnologias de informação e comunicação;

e) implementação de estratégias e práticas de excelência em gestão, que potencializem a qualidade, produtividade e inovação.

O estabelecimento destas diretrizes reflete a preocupação governamental com a melhoria do perfil e do desempenho da máquina pública estadual, cujas características norteadoras são a inovação, a integração de ações, o planejamento institucional, a potencialização da utilização dos recursos públicos, a desconcentração da ação da administração estadual para maior aproximação do cidadão, o aperfeiçoamento permanente dos servidores e a total transparência das ações executadas face as demandas da comunidade paranaense.

No sentido de auxiliar na viabilização executiva e no monitoramento do Plano de Governo, tendo como pano de fundo as diretrizes apontadas, é de fundamental importância o emprego da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC como elemento chave da geração, tratamento, integração e disseminação estruturada de informações no âmbito estadual.

Atualmente, a TIC é reconhecida pelos gestores públicos como um dos mais importantes vetores para a modernização da Administração Pública em todas as esferas. Nesse sentido, os recursos de TIC, alinhados ao Plano de Governo, devem ser vistos como instrumentos estruturantes e essenciais para a modernização pública, através do aumento da eficiência dos processos internos dos Órgãos e Entidades da Administração Estadual, do gerenciamento eficiente dos canais de relacionamento com o cidadão, da oferta mais qualificada de serviços públicos e da implantação de mecanismos de transparência e controle social.

O Governo do Paraná tem uma estrutura organizacional complexa, multifuncional e multifacetada, composta por órgãos e entidades que apresentam como características comuns a permanente necessidade de informações confiáveis, consolidadas e integradas que balizem e espelhem sua efetiva atuação. Entretanto, a situação atual da utilização dos recursos de TIC no âmbito governamental ainda é ineficiente e carece de definições estratégicas e da adoção de mecanismos que induzam o desenvolvimento sistemático e integrado dos ambientes informacionais, e que favoreçam assim, sua evolução técnica e metodológica.

A adoção de uma política inadequada durante governos anteriores, cujo grande equívoco foi dar ênfase apenas ao desenvolvimento de soluções para infraestrutura de tecnologia (facilmente supridas pelo mercado) em detrimento a valorização do que realmente interessa ao Governo, que é a **INFORMAÇÃO**, resultou no atual estágio de precariedade e fragilidade do segmento. Como decorrência, hoje as soluções existentes (sistemas aplicativos) são dispersas e funcionalmente ultrapassadas; a plataforma tecnológica é desatualizada e de interoperabilidade questionável; os níveis de capacitação das pessoas são heterogêneos; as políticas de investimentos em TIC são desconexas; e sobretudo, inexistente um modelo eficiente de gestão pública dos recursos de tecnologia da informação e comunicação.

Desta forma, uma das medidas necessárias a retomada da eficiência na administração racional, estruturada e integrada dos recursos de TIC e da disponibilidade de informações qualificadas, é a estruturação de um sistema estadual de informações de governo no modelo proposto por este Anteprojeto de Lei, que irá integrar **TECNOLOGIA** e **INFORMAÇÃO** através da formulação de políticas específicas para a gestão desses ativos tangíveis e intangíveis tão importantes para o Estado.

A política de tecnologia da informação e comunicação a ser formulada e que dará sustentação ao Sistema Estadual de Informações de Governo – SEI-PR, irá possibilitar um entendimento comum sobre a forma de organização dos recursos e principalmente, quais as funções e responsabilidades de cada um de seus componentes. A base de funcionamento do SEI-PR é a integração dos diferentes sistemas de informações que deverão operar dentro das mesmas normas, conceitos, sistemas de codificação, plataformas de tecnologia interoperáveis, ou seja, com os mesmos referenciais técnicos e metodológicos de trabalho.

É importante destacar que a implantação do SEI-PR articula, de forma integrada e abrangente, o funcionamento de uma base de informações estratégicas para a Administração Estadual, uma base de dados pública e outra gerencial apoiadas em uma base cartográfica também integrada, permitindo, assim, a criação de um espaço de produção compartilhada de informações que, conseqüentemente, fortalece as funções de planejamento, pesquisa e administração governamentais.

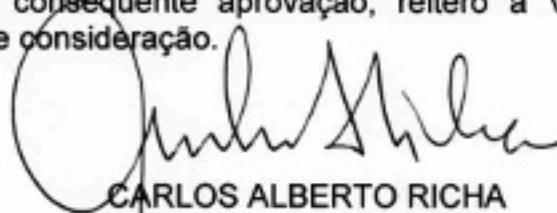
O Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná – SEI-PR será estruturado em dois grandes componentes:

a) Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – CETIC-PR, que constitui o ambiente de convergência e compatibilização de metodologias, métodos, normas, padrões e procedimentos relativos a utilização dos recursos de TIC no âmbito da Administração Estadual, sendo a esfera que deverá tratar de assuntos relativos à **TECNOLOGIA**;

b) Programa Estadual de Informações Integradas - PEII-PR, que será o ambiente de convergência de informações estratégicas para subsidiar a Administração Estadual com informações referentes as políticas setoriais e transversais, permitindo o acompanhamento das metas de Governo, sendo a esfera que deverá tratar de assuntos relativos à **INFORMAÇÃO**.

Considerando o exposto, é importante destacar que a necessidade do Paraná dispor de um sistema de informações nos moldes do ora proposto Anteprojeto de Lei, tem como objetivo principal permitir ao Governador de Estado zelar para que todas as forças administrativas estejam focadas nos resultados planejados e, ainda, que os órgãos e entidades concentrem esforços na realização precisa de suas atividades com otimização da aplicação dos recursos públicos, que a ação governamental realmente beneficie o cidadão através da garantia de acesso aos serviços públicos de qualidade e que todo este conjunto de iniciativas possa ser concretamente mensurados e avaliados de modo a permitir a consecução integral do Plano de Governo.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA
GOVERNADOR DO ESTADO



VOTO EM SEPARADO

Deputado Pr. Edson Praczyk

Projeto de Lei: 494/2012

Autor: Poder Executivo

Súmula: Dispõe sobre o Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná, cria o Conselho Estadual de Tecnologia de Informação e Comunicação – Paraná, cria o Programa Estadual de Informações Integradas e dá outras providências.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, pretende estabelecer diretrizes de atuação para gestão pública do Estado do Paraná, buscando melhoria do perfil e do desempenho da máquina pública estadual, cujas características norteadoras são a inovação, a integração de ações, planejamento institucional, a potencialização da utilização dos recursos públicos, a desconcentração da ação da administração estadual para maior aproximação do cidadão, o aperfeiçoamento permanente dos servidores e a total transparência das ações executadas face às demandas da população paranaense.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná

Concedido vista.

Em 30 / 10 / 2012

Tratado
CCJ

voto separado



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o Governador detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



No entanto, com o objetivo proporcionar uma melhor técnica legislativa ao Projeto de Lei ora em tela, propõe-se a seguinte **emenda**

supressiva, nos termos do artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

Ressalta-se que tal emenda faz-se necessária haja vista o disposto no art. 5º do presente proposto que visa "a criação do Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – Paraná – CETIC – PR (órgão colegiado de caráter consultivo, normativo e deliberativo, subordinado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL), tem como finalidade a regulamentação, promoção, implantação, gerenciamento e acompanhamento de ações relativas à utilização da TIC no âmbito do Sistema Estadual de Informação", porém seguidamente, no §4º diz que para o cumprimento de suas competências, o CETIC-PR poderá deliberar sobre a utilização e adoção de qualquer de qualquer recurso TIC disponível no mercado.

Nesse sentido, vale destacar que já existe legislação pertinente ao tema, inclusive leis de minha autoria de nº 14.058/2003 e 14.195/2003 (anexadas), sendo que a primeira citada "**dispõe sobre normas de utilização de programas de computação por órgãos da Administração Pública, conforme especifica**", já permite a contratação e utilização de programas de computador com restrições proprietárias ou cujas licenças não



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




estejam de acordo com esta lei, contudo, menciona que será dada preferência para aqueles que operem em ambiente multiplataforma, permitindo assim, sua execução sem restrições em sistemas operacionais baseados em software livre, bem como, no art. 8º, I e II, da Lei nº14.058/2003 permite a contratação e utilização de programas de computador com restrições proprietárias ou cujas licenças não estejam de acordo com a lei.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em face de sua **LEGALIDADE**, na forma da **EMENDA SUPRESSIVA** em anexo.




Sala das Comissões, 30 de outubro de 2012.


NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


PR. EDSON PRACZYK

RELATOR




APROVADO

unânime 06/11/12

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE R Nº 001/2012

De acordo com o que determinam o artigos 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa o Projeto de Lei nº 494/2012 a contar com a seguinte redação:

SÚMULA: Súmula: Dispõe sobre o Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná, cria o Conselho Estadual de Tecnologia de Informação e Comunicação – Paraná, cria o Programa Estadual de Informações Integradas e dá outras providências.

As leis de nº 14.058/2003 e nº 14.195/2003 já disciplinam o tema abordado no §4º do art. 5º do presente projeto de lei, não havendo assim, necessidade de novo dispositivo.

Dessa forma, opina-se pela aprovação do Projeto de Lei em tela, suprimindo-se o §4º do art. 5º que diz:

"No cumprimento de suas competências, o CETIC-PR poderá deliberar sobre a utilização e adoção de qualquer recurso de TIC disponível no mercado, independente do regime de licenciamento, podendo ser livre ou proprietário, fundamentada a opção em motivos de conveniência e oportunidade administrativa, sólidas garantias e resguardando do interesse público, com o objetivo de possibilitar à Administração Pública Estadual o acesso a tecnologias atualizadas, modernas e inovadoras e eficientes".

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 2012.

NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK

RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

5

APROVADO
unânime 06/11/12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 494/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 060/12 que dispõe sobre o Sistema Estadual de Informações de Governo, cria o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação e o Programa Estadual de Informações Integradas, na forma que especifica.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável por meio de Voto em Separado com Emenda Supressiva e Subemenda do Senhor Deputado Pastor Edson Praczyk.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere aos ditames da Lei Complementar Federal nº 101/00.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 66 e 87 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Desta forma, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

É o parecer.

Sala das Comissões,

13/11/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR



ESTADO DO PARANÁ

SEPL
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO GERAL

CONSELHO ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
E TELECOMUNICAÇÕES

Ofício nº 519/12- COSIT

Curitiba, 14 de novembro de 2012.

Referente: Projeto de Lei nº 494/2012

Excelentíssimo Deputado,

Eu, Cassio Taniguchi, atualmente no cargo de Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná, declaro que o Sistema Estadual de Informações de Governo-Paraná (SEI-PR), o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação-Paraná (CETIC-PR) e o Programa Estadual de Informações Integradas-Paraná (PEII-PR), que serão criados através do Projeto de Lei Estadual nº 494/2012, atendem plenamente as disposições da Lei Complementar Federal nº 101/2000, sendo que os mesmos não causarão impacto orçamentário e financeiro neste exercício ou nos exercícios seguintes.

Atenciosamente

Cassio Taniguchi
Secretário Estadual de Planejamento e Coordenação Geral

Ao Excelentíssimo Deputado

Valdir Rossoni

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Nesta Capital



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PROJETO DE LEI 509/12

EMENTA: Transforma 08 (oito) cargos de Juiz de Direito Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba em 08 (oito) cargos de Juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Paraná, e cria 08 (oito) cargos de Juiz de Direito Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando artigos da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias, e adota outras providências.

Art. 1.º Ficam transformados 08 (oito) cargos de Juiz de Direito Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba em 08 (oito) cargos de Juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Paraná, que passam a integrar o Anexo V da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias.

Art. 2.º Ficam criados 08 (oito) cargos de Juiz de Direito Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 3.º Ficam alterados o inciso IV do art. 25 e o *caput* do art. 60 da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25. A magistratura de primeiro grau de jurisdição é constituída de:

...

IV – Juiz de Direito de entrância final, titular de vara, titular de turma recursal ou substituto em primeiro e segundo graus.

...

Art. 60. As Turmas Recursais serão compostas por Juizes de Direito de entrância final."

Art. 4.º Fica acrescentada a letra "j" ao art. 254 da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias, com a seguinte redação:

"Art. 254. Fica criado no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba o seguinte:

j) 08 (oito) cargos de Juiz de Direito Substituto."

Art. 5.º Fica acrescentada a letra "d" ao art. 257 da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias, com a seguinte redação:

"Art. 257. Fica transformado no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba o seguinte:

d) 08 (oito) cargos de Juiz de Direito Substituto em 08 (oito) cargos de Juiz de Direito da Turma Recursal."

Art. 6.º Ficam extintos 12 (doze) cargos de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C, criados pela Lei Estadual nº 15.975/2008, cuja nomenclatura foi alterada pela Lei Estadual nº 16.957/2011, destinados ao assessoramento dos Juízes de Direito que compõem as Turmas Recursais dos Juizados Especiais.

Art. 7.º Ficam criados 16 (dezesesseis) cargos de Assistente I de Juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinados ao assessoramento dos Juízes de Direito das Turmas Recursais dos Juizados Especiais, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

Parágrafo único. Os cargos criados na forma do *caput* são privativos de Bacharel em Direito.

Art. 8.º Ficam alterados os anexos V e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 1º.

Art. 9.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito da Turma Recursal	Juiz de Direito do Julgado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA								
ENTRÂNCIA FINAL								
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA								
Foro Central de Curitiba		28	40	8	8	22		106

DL
Fls. 04
K

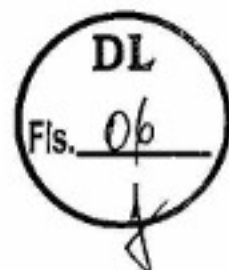
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito Juizado Especial	Juiz de Direito da Turma Recursal	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA									
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA									
Foro Central de Curitiba	Final		60	93	8	20	64		245
...									

✓



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade a transformação de oito cargos de Juiz de Direito Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba em oito cargos de Juiz de Direito da Turma Recursal.

Essa transformação tem por objetivo dotar a Turma Recursal do Juizado Especial com cargos próprios, já que atualmente ela é integrada por juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição designados por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, cuja atuação se dá de forma provisória e exclusiva.

É de se observar que a sistemática atualmente adotada, com a designação de juízes, tem gerado dificuldade na seleção de interessados para integrar referida turma, já que a tendência natural é que os Juízes designados para tal mister, depois de encerrada a designação, retornem às suas secretarias, sem garantia de que encontrarão os serviços organizados.

Visa-se, portanto, a melhoria de atendimento da Turma Recursal, proporcionando maior eficiência do serviço prestado, especialmente pela disciplina operacional imposta por um juiz com certeza de sua inamovibilidade.

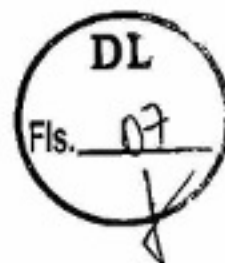
O art. 2º do Anteprojeto de lei prevê, ainda, a criação de oito cargos de Juiz de Direito Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, de forma a que os serviços prestados na Região Metropolitana de Curitiba não sejam afetados pela carência de Juízes de Direito Substituto, cujos cargos são objeto de transformação no art. 1º.

Por outro lado, o art. 3.º do anteprojeto limita-se a fazer adequações no texto da Lei 14.277, de 30 de dezembro de 2003, pois com a criação do cargo de juiz de direito titular de turma recursal, tornam-se necessárias as alterações do art. 25 e 60 da referida lei.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Em razão da criação de cargos de Juiz titulares de Turma Recursal, necessária se faz a adequação no número de cargos de assessoramento.

Por isso, o art. 6.º da proposta extingue 12 (doze) cargos de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C, para em seguida, no art. 7.º, criar 16 (dezesesseis) cargos de Assistente I de Juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais, de provimento em comissão, simbologia 1-C, destinados ao assessoramento dos Juizes que passarão a compor, agora como titulares, referidas Turmas.

Com isso, cada um dos magistrados passará a contar com o assessoramento de dois ocupantes de cargos de provimento em comissão, simbologia 1-C, cujo preenchimento é privativo de Bacharel em Direito.

A transformação dos cargos de Juiz de Direito Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba em cargos de Juiz de Direito da Turma Recursal, com a criação de cargos de Juiz de Direito Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba e dos cargos de provimento em comissão foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em manifestação datada de 31 de agosto de 2009 e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 10 de setembro último.

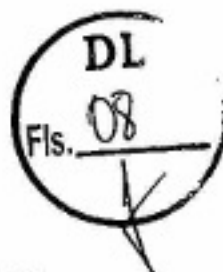
Outrossim, os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com a redação final, vez que são parte integrante desta Lei.

Registre-se que o custo de transformação e criação de cargos de Juiz de Direito de entrância final e dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais, simbologia 1-C, é estimado em aproximadamente R\$ 914.916,86 (novecentos e quatorze mil novecentos e dezesseis reais e oitenta e seis centavos) para o exercício de 2012, R\$ 4.014.763,17 (quatro milhões quatorze mil setecentos e sessenta e



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO


TRIBUNAL DE JUSTIÇA



três reais e dezessete centavos) para o exercício de 2013 e R\$ 4.481.952,36 (quatro milhões quatrocentos e oitenta e um mil novecentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos) para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 1º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

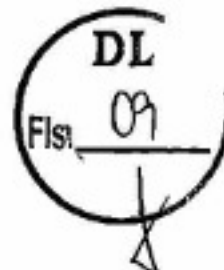
Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 26 de setembro de 2012.
Of. nº 1.365/2012-GP

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 15 OUT. 2012

Arauto
1º Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

Senhor Presidente:

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, *[assinatura]*

Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que transforma 08 (oito) cargos de Juiz de Direito Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba em 08 (oito) cargos de Juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Paraná, e cria 08 (oito) cargos de Juiz de Direito Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

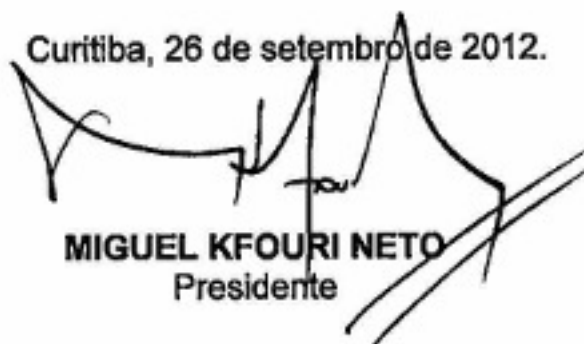
Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

[assinatura]
MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que transforma 08 (oito) cargos de Juiz de Direito Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba em 08 (oito) cargos de Juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Paraná, e cria 08 (oito) cargos de Juiz de Direito Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, bem como a criação de 16 (dezesesseis) cargos de Assistente I de Juiz de Direito de Turma Recursal, simbologia 1-C, com a extinção de 12 (doze) cargos de Assessor de Direito, simbologia 3-C, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 26 de setembro de 2012.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 509/12

Projeto de Lei nº. 509/12
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Transforma 08 (oito) cargos de Juiz de Direito Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba em 08 (oito) cargos de Juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Paraná, e criam 08 (oito) cargos de Juiz de Direito Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando artigos da Lei Estadual n.º 14.277, de 30 de Dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

EMENTA: TRANSFORMA 08 CARGOS DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA EM 08 CARGOS DE JUIZ DE DIREITO DE TURMA RECURSAL. CRIA 08 CARGOS DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. EXTINGUE 12 CARGOS DE ASSISTENTE I DE JUIZ DE DIREITO (SIMBOLOGIA 3-C) E CRIA 16 CARGOS DE ASSISTENTE I DE JUIZ DE DIREITO (SIMBOLOGIA 1-C). POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça transforma 08 cargos de Juiz de Direito Substituto da Comarca da Região

concedido vista.

Em 28/10/12
Euto Quatro ne
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Metropolitana de Curitiba em 08 cargos de Juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Paraná e, ato contínuo, cria 08 cargos de Juiz de Direito Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Altera ainda na estrutura dos assistentes, extinguindo 12 cargos de assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C, para, em seguida criar 16 cargos de assistente I de Juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais, simbologia 1-C.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d da nossa Carta Magna, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

- a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;
- b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízes que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;
- c) prover, na forma prevista nesta Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição;
- d) propor a criação de novas varas judiciárias;
- e) prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 169, parágrafo único, os cargos necessários à administração da Justiça, exceto os de confiança assim definidos em lei;
- f) conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juízes e servidores que lhes forem imediatamente vinculados;

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

- a) a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;
- b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)
- c) a criação ou extinção dos tribunais inferiores;
- d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

Ademais, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da alteração da organização e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



da divisão judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



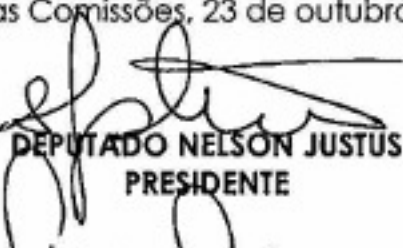
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR


APROVADO

unânime 30/10/12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 509/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1365/12 que objetiva transformar 08 (oito) cargos de Juiz de Direito Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba em 08 (oito) cargos de Juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais e cria 08 (oito) cargos de Juiz de Direito Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando artigos da Lei Estadual nº 14.277/2003. (Código de Organização e Divisão Judiciária).

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, constatamos que a matéria encontra-se devidamente justificada.

De igual modo, observamos que a proposta esclarece em seu conteúdo, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Já, em relação ao impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando o custo de transformação e criação de cargos de Juiz de Direito de entrância final e dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais, simbologia 1-C, é estimado em aproximadamente R\$914.916,86 (novecentos e quatorze mil novecentos e dezesseis reais e oitenta e seis centavos) para o exercício de 2012, R\$4.014.763,17 (quatro milhões quatorze mil setecentos e sessenta e três reais e dezessete centavos) para o exercício de 2013 e R\$4.481.952,36 (quatro milhões quatrocentos e oitenta e um mil novecentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças




centavos) para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.


Observe-se ainda, que a proposta vem acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça, informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Desta forma, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 07/12/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR





PROJETO DE LEI 529/12

SÚMULA: Altera a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, nos dispositivos que especifica e adota outras providências.

Art. 1.º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito para o Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública da Comarca de Cornélio Procopio, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2.º Fica criado 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito do Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública da Comarca de Cornélio Procopio, nos termos da Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

Parágrafo único. O cargo criado na forma do *caput* é privativo de Bacharel em Direito.

Art. 3.º Ficam alterados os Anexos IV, V e IX (Tabela 1), da Lei referida no artigo 1º.

Art. 4.º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originado do protocolado nº 423.703-10, tem por finalidade criar 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária para o Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública da Comarca de Cornélio Procopio, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquele Foro.

O Foro Judicial da referida Comarca abrangerá 2 (duas) Varas Cíveis, 1 (uma) Vara Criminal, 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e 1 (um) Juizado Especial que atenderá uma população de 56.814 habitantes (censo IBGE 2010) e um total de aproximadamente 19.000 processos em andamento (Boletim Forense 2011).

De forma a dotar a referida vara da estrutura necessária, cria-se 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito da Unidade do Juizado Especial da Comarca de Cornélio Procopio. O referido cargo é privativo de Bacharel em Direito e está de acordo com a Lei Estadual nº 16.957, de 05 de dezembro de 2011, que cria cargos para o assessoramento dos magistrados de todas as comarcas do Estado do Paraná.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a criação do cargo de Juiz de Direito e do cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, totaliza o valor aproximado de R\$ 75.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 503.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 560.000,00 para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.



A presente proposta foi objeto de aprovação pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 24 de setembro de 2012.

A proposta altera os Anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ).

Ressalte-se que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 1º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 4,01% (quatro vírgula zero um por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV	

	CORNÉLIO PROCÓPIO - Comarca de Entrância Intermediária
	FORO JUDICIAL

(2)	Juizado Especial Cível e Criminal

	FORO EXTRAJUDICIAL

	(2) = JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E / OU CRIMINAL COM UNIDADE ADMINISTRATIVA PRÓPRIA E UM CARGO DE JUIZ.

[Handwritten signature]



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total	
.....									
.....									
Cornélio Procopio	Interm.			4	1		2	7	
.....									

[Handwritten signature]

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
.....						
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA						
.....						
Cornélio Procopio			2	1	1	4
.....						





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 17 de outubro de 2012.
Of. nº 1.416/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.

Em 22/10/2012

Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

Senhor Presidente:



Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação de um cargo de Juiz de Direito para o Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública e um cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C na Comarca de Cornélio Procopio, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria um cargo de Juiz de Direito para o Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública e um cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C na Comarca de Cornélio Procópio, de entrância intermediária, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 17 de outubro de 2012.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - DEMAIS COMARCAS - ANEXO III - TABELA 2

Nº	COMARCA	Nº	Sede / Serviço Distrital Município	Nº	Serviço Distrital Não Município
	Cambé		TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA		
	Itiporã		TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA		
	Londrina		TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA		
	Mandaguaiçu		TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ		
	Mandaguari		TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ		
	Mariaiva		TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ		
	Maringá		TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ		
	Rolândia		TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA		
	Sarandi		TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ		
	Nova Esperança		TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ		

64849/2012

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ	
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003	
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV	
CAMBÉ - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Londrina - Entrância Final	
ITIPORÃ - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Londrina - Entrância Final	
LONDRINA - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina - Entrância Final	
MANDAGUAÇU - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - Entrância Final	
MANDAGUARI - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - Entrância Final	
MARIAIVA - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - Entrância Final	
MARINGÁ - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - Entrância Final	
ROLÂNDIA - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Londrina - Entrância Final	
SARANDI - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - Entrância Final	
NOVA ESPERANÇA - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - Entrância Final	

64849/2012

DL

Fis. 11

8

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ								
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003								
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V								
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA								
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA								
Foro Central de Londrina	Final			25	6	12		43
Foro Regional de Cambé	Final			3	1			4
Foro Regional de Ibiporã	Final			2				2
Foro Regional de Rolândia	Final			3				3
SUBTOTAL		0	0	33	7	12	0	52
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ								
Foro Central de Maringá	Final			15	4	10		29
Foro Regional de Mandaguáçu	Final			1				1
Foro Regional de Mandaguari	Final			1				1
Foro Regional de Marialva	Final			2				2
Foro Regional de Sarandi	Final			2	1			3
Foro Regional de Nova Esperança	Final			2				2
SUBTOTAL		0	0	23	5	10	0	38
Assai								
	Interm.			2			1	3
Bela Vista do Paraíso								
	Interm.			1			1	2
Colorado								
	Interm.			2			1	3



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1							
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2ª Ordem	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
ENTRADA FINAL							
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA							
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA							
Foro Central de Londrina			6	1	9		16
Foro Regional de Cambé			1	1		-1	1
Foro Regional de Itaiporã						-1	-1
Foro Regional de Rolândia			1			-1	0
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ							
Foro Central de Maringá			1	1	8		10
Foro Regional de Mandaguari			1				1
Foro Regional de Mandaguari			1				1
Foro Regional de Marialva							0
Foro Regional de Sarandi			1	1		-1	1
Foro Regional de Nova Esperança						-1	-1
ENTRADA INTERMEDIÁRIA							
Assai						1	1
Bela Vista do Paraíso						1	1
Colorado						1	1



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL

13
5

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 529/12

Projeto de Lei nº. 529/12
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria um cargo de Juiz de Direito para o Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública e um cargo de assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na Comarca de Cornélio Procopio, alterando a Lei 14.277/2003. (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná).

EMENTA: CRIA CARGO DE JUIZ DE DIREITO PARA O JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E FAZENDA PÚBLICA E CARGO DE ASSISTENTE II DE JUIZ DE DIREITO. COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei tem por objetivo criar um cargo de Juiz de Direito para o Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública e um cargo de assistente II de Juiz de Direito para a Comarca de Cornélio Procopio, alterando a Lei n.º. 14.277/2003.

FUNDAMENTAÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL

14
3

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
14
2


Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 06 de Novembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO ELIO RUSCH
Relator




APROVADO
Unanime 06/11/12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 529/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1416/12 que objetiva criar um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária para o Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública e um cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na Comarca de Cornélio Procópio, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças




Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, considerando a criação de um cargo de Juiz de Direito e do cargo em comissão de Assistente II de Juiz de Direito, totaliza o valor aproximado R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para o exercício de 2012, R\$503.000,00 (quinhentos e três mil reais) para o exercício de 2013 e R\$560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais) para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Desta forma, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

14/11/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PROJETO DE LEI 532/12

EMENTA: Cria a 2ª Vara Criminal na Comarca de Arapongas, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Art. 1.º Fica criada a 2ª Vara Criminal na Comarca de Arapongas, entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2.º Fica alterado o artigo 256 da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar acrescido do inciso VII, com a seguinte redação:

***"Art. 256.** Fica criado nas comarcas de entrância final o seguinte:*

(...)

VII – na Comarca de Arapongas:

a) a 2ª Vara Criminal"

Art. 3.º Fica criado um (1) cargo de Juiz de Direito de entrância final para a Comarca de Arapongas.

Art. 4.º Fica criado 1 (um) cargo de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C e 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Arapongas, nos termos da Lei nº 15.831 de 12 de maio de 2008, alterada pela Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

Parágrafo único. Os cargos criados na forma do *caput* são privativos de Bacharel em Direito.

Art. 5.º Ficam alterados os Anexos IV, V, e IX Tabela 1 da Lei referida no art. 1º.

Art. 6.º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

ARAPONGAS - Comarca de Entrância Final	
FORO JUDICIAL	
1ª Vara Cível	
2ª Vara Cível	
1ª Vara Criminal	
2ª Vara Criminal	
Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial	
(2) Juizado Especial Cível e Criminal	
Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público	
FORO EXTRAJUDICIAL	

(2) = JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E / OU CRIMINAL COM UNIDADE ADMINISTRATIVA PRÓPRIA E UM CARGO DE JUIZ.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total	
.....									
1ª INSTÂNCIA									
.....									
Arapongas	Final			5	1		2	8	
.....									





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade criar a 2ª Vara Criminal na Comarca de Arapongas, de entrância final, conforme consta do protocolado de nº 138.622/2012, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquela Comarca.

A proposta altera o art. 256, da Lei Estadual nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ).

O Foro Judicial da referida Comarca abrangerá duas (2) Varas Cíveis, duas (2) Varas Criminais, uma (1) Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e uma Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal, e atenderá uma população de aproximadamente 110.103 habitantes e um total de 24.884 processos em andamento.

Arapongas, de acordo com o Anexo II, Tabela 2, do CODJ, é sede da 19ª Seção Judiciária, integrada pela Comarca de Entrância Intermediária de Astorga.

A criação da 2ª Vara Criminal na Comarca de Arapongas, de entrância final, bem como a criação dos cargos de assessoramento, foram objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em deliberação datada de 08/10/2012, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em Sessão realizada no dia 08 de outubro de 2012.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Ressalte-se que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.

Registre-se que os custos com a criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância final e dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C e de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, são estimados em aproximadamente R\$ 89.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 578.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 640.000,00 para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Por sua vez, os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria Criminal são objetos da Lei Estadual nº 16.023/2008, e as despesas serão suportadas pelo Fundo da Justiça (FUNJUS), criado pela Lei Estadual nº 15.942 de 03 de setembro de 2008, com um custo aproximado de R\$ 59.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 363.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 380.000,00 para o exercício de 2014.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário relativo ao 2º Quadrimestre de 2012, a despesa de pessoal situou-se em 4,01% (quatro vírgula zero um por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 17 de outubro de 2012.
Of. nº1.460/2012-GP

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em 22/10/2012

Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 29 OUT 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da 2ª Vara Criminal da Comarca de Arapongas, de entrância final e adota outras providências, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO


TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a 2ª Vara Criminal na Comarca de Araçongas, de entrância final, possui adequação com a Lei Orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 17 de outubro de 2012.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 532/12

Projeto de Lei nº. 532/12
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria a 2ª Vara Criminal na Comarca de Arapongas, alterando a Lei Estadual n.º. 14.277/2003. (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná).

EMENTA: CRIAÇÃO DA 2ª VARA CRIMINAL NA COMARCA DE ARAPONGAS. ALTERAÇÃO DA LEI 14.277 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa alterar a Lei n.º. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, criando a 2ª Vara Criminal na Comarca de Arapongas.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
n.º 16
S

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d, da nossa Carta Magna, senão vejamos:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

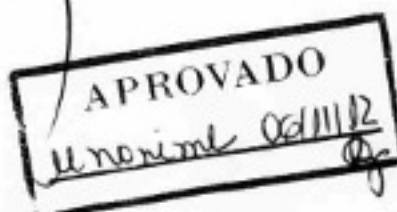
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 06 de Novembro de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 532/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1460/12 que objetiva criar a 2ª Vara Criminal na Comarca de Arapongas, de entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná –CODJ.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que a mesma apresenta adequação com a Lei Orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, considerando a criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância final e dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito simbologia 3-C



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

DL
21
5

e de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, são estimados em aproximadamente R\$89.000,00 (oitenta e nove mil reais) para o exercício de 2012, R\$578.000,00 (quinhentos e setenta e oito mil reais) para o exercício de 2013 e R\$640.000,00 (seiscentos e quarenta mil reais) para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

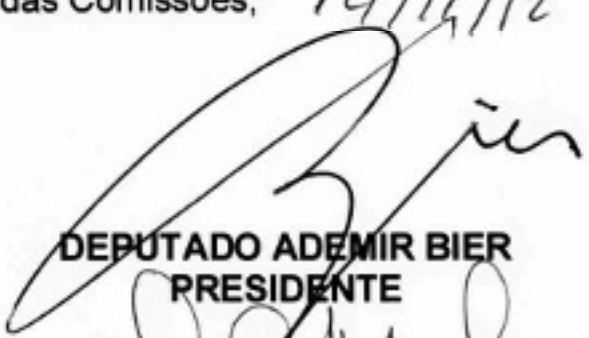
Já em relação aos cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria do Criminal são objetos da Lei Estadual nº 16.023/2008, e as despesas serão suportadas pelo Fundo da Justiça – FUNJUS, com um custo aproximado de R\$59.000,00 (cinquenta e nove mil reais) para o exercício de 2012, R\$363.000,00 (trezentos e sessenta e três mil reais) para o exercício de 2013 e R\$380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) para o exercício de 2014.

Assim sendo, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

14/11/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR





INTERPROJETO DE LEI

547/12

Súmula: Aprova crédito suplementar, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

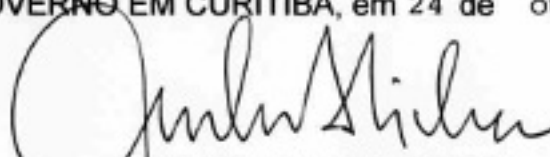
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 3.640.000,00 (três milhões, seiscentos e quarenta mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 24 de outubro de 2012.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

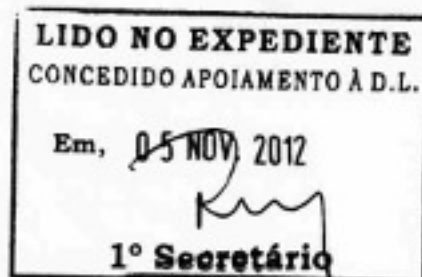


PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I				Fl. 01
DE DESPESA		ANEXO A LEI Nº				R\$ 1,00
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr IALOI	Valor	N.do Proc COP
4500	SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO					
	SUPERIOR					
4560	FUNDO PARANÁ					
4151	APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E					
	INOVAÇÃO	45906100	132	01	3.640.000	1255
Total					3.640.000	

CANCELAMENTO		ANEXO II				Fl. 01
DE DESPESA		ANEXO A LEI Nº				R\$ 1,00
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr IALOI	Valor	N.do Proc COP
4500	SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO					
	SUPERIOR					
4560	FUNDO PARANÁ					
4151	APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E					
	INOVAÇÃO	33903000	132	01	640.000	1256
		33903600	132	01	3.000.000	1256
Total					3.640.000	



MENSAGEM
Nº 066 /2012.

Curitiba, 24 de outubro de 2012.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em 25/10/2012
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva obter aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 3.640.000,00 (três milhões, seiscentos e quarenta mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, visando atender despesas com desapropriação amigável do imóvel de propriedade da Associação Senhor Bom Jesus da Coluna, já declarado como utilidade pública para fins de desapropriação por meio dos Decretos nºs 5.100 e 5.101, de 29 de junho de 2012, contendo edificação em alvenaria e incluindo bens móveis, equipamentos de informática e acervo bibliográfico, localizado no município de Barracão, para implantação de uma unidade de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.

Esclareço, também, que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações do próprio órgão, SETI – Fundo Paraná.

Certo de poder contar com a atenção dessa Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.610.494-6



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 547/12

Projeto de Lei nº. 547/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 066/12

Súmula: Aprova crédito suplementar, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

EMENTA: APROVA CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 3.640.000,00 AO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 41, 42 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ART. 14 LC 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 3.640.000,00 (três milhões seiscientos e quarenta mil reais), ao vigente orçamento geral do Estado.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

II - orçamento;

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela, que objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar, nos termos do artigo 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível. (grifos nossos)

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações do próprio órgão, SETI – Fundo Paraná.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

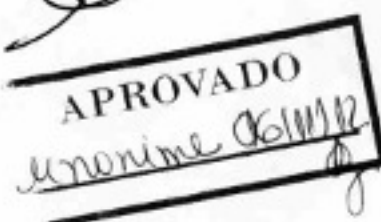
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 06 de novembro de 2012.

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente

Deputado ADEMAR TRAIANO
Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 547/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 066/12 que objetiva a aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$3.640.000,00 (três milhões, seiscentos e quarenta mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011.

Inicialmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a iniciativa visa a implantação de uma unidade de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.

Observe-se, que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com o art. 41, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64. (Lei Orçamentária Anual).

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere os ditâmes da Lei Complementar Federal nº 101/00, no que tange a questão do impacto financeiro e orçamentário, uma vez que o autor esclarece na proposta que servirá como recurso para cobertura do crédito referido, igual importância, proveniente de cancelamentos de dotações do próprio órgão, SETI – Fundo Paraná.

Supini



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Oportuno observar, que a Carta Magna Federal, em seu art. 24, inciso II, assegura a competência concorrente aos Estados na questão orçamentária.


De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado, em seus arts. 65 e 133 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

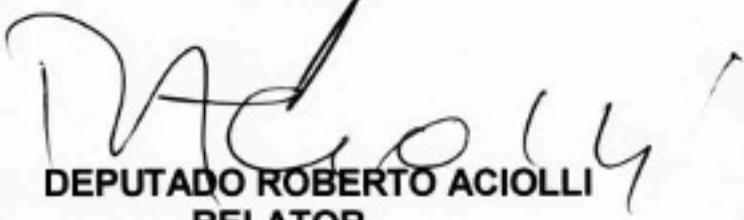
Isto posto, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

13/11/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
RELATOR







PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 547/12

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 66/2012, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “*autorizar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 3.640.000,00 (três milhões, seiscentos e quarenta mil reais)*”, visando atender despesas com desapropriação de imóvel para implantação de uma unidade de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná no município de Barracão.

Os recursos para cobertura da referida programação são provenientes de cancelamentos de dotações do próprio órgão, SETI – Fundo Paraná, conforme anexo I, que ocorrerão da seguinte forma:

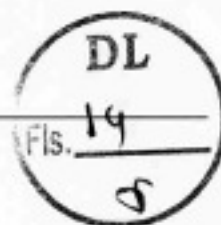
. R\$ 640.000,00 (seiscentos e quarenta mil reais) provenientes da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior – Apoio ao Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação - subelemento de despesa 33903000 material de consumo; Fonte 132 – Pesquisa Científica e Tecnológica.

. R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) provenientes da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior – Apoio ao Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação - subelemento de despesa 33903600 outros serviços de terceiros – pessoa física; Fonte 132 – Pesquisa Científica e Tecnológica.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade.

A autorização legislativa para a abertura de crédito adicional especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:



"Art. 135 São vedados:

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."

Assim como o Art. 43 da Lei 4.320/64 determina que para esses casos haja existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. Condições estas devidamente comprovadas no processo em comento, notadamente nos anexos I e II.

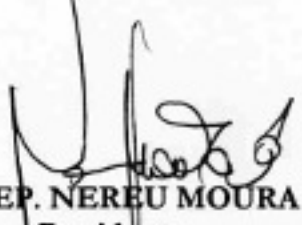
A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

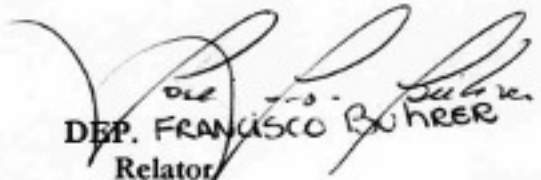
III — CONCLUSÃO

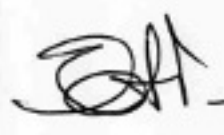

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epigrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso **parecer é favorável**, uma vez comprovados os requisitos constitucionais e legais, à abertura do crédito solicitado.

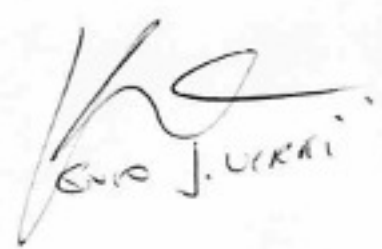
É o parecer.

Sala de Reunião das Comissões, em


DEP. NEREU MOURA
Presidente


DEP. FRANCISCO BÜHRER
Relator


DEP. J. UEKARI

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19112

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 12 NOV. 2012



1º Secretário


SÚMULA: Aprova o Relatório Final da Comissão Especial de Investigação da Usina Hidrelétrica de Mauá.

Art. 1º Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Especial de Investigação da Usina Hidrelétrica de Mauá, constituída pelo Ato do Presidente nº 20/2011, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 88 de 03 de agosto de 2011, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 2012.


Deputado RASCA RODRIGUES
Presidente da CEI


Deputado NELSON GARCIA
Relator da CEI